



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

PORTARIA PRE Nº 161/2022

Designa os Juízes Auxiliares para a apreciação das reclamações e das representações, e dos pedidos de direito de resposta e para outras atribuições, nas Eleições Gerais de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto na Resolução TRE-MG nº 1.196, de 17 de dezembro de 2021, que "Designa Juízes Auxiliares para a apreciação das reclamações e das representações de que cuida o art. 96, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e dos pedidos de direito de resposta e outras atribuições, nas eleições gerais",

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados, a partir de 1º de agosto de 2022, para o exercício das funções de Juízes Auxiliares:

- I — o Desembargador Ramom Tácio de Oliveira;
- II — o Juiz Marcelo da Cruz Trigueiro;
- III — o Juiz Adilon Cláver de Resende.

Art. 2º Ficam designadas ao Juiz Adilon Cláver de Resende as seguintes atribuições relativas à distribuição do horário eleitoral gratuito:

I — convocar os partidos políticos, as federações e a representação das emissoras de rádio e de televisão para elaborarem plano de mídia, para uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, nos termos do art. 52 da Lei nº 9.504, de 1997;

II — distribuir os horários reservados à propaganda de cada eleição, entre os partidos políticos, as federações e as coligações que tenham candidato e que atendam ao disposto na Emenda Constitucional nº 97, de 4 de outubro de 2017, observados os critérios do §2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997;

III — apreciar requerimentos e decidir incidentes relacionados ao horário eleitoral.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2022.

Desembargador **MAURÍCIO SOARES**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MAURICIO TORRES SOARES, Presidente**, em 23/06/2022, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3044818** e o código CRC **1A3F131C**.

0012029-40.2021.6.13.8000

3044818v1